

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT03.014

FORMAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SUL DA BAHIA (1980-1991)

MARIA RITA SANTOS

Doutorado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Co-líder Colíder do Grupo de Pesquisa em Acesso, Permanência e Evasão na Universidade (GRAPEUNI/UESC); colaboradora do Pré-universitário para Afrodescendentes (PREAFRO/Itabuna-Bahia); *E-mail*: mrita.sant@gmail.com -Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7413-8980>

RESUMO

Este texto aborda decisões políticas no âmbito nacional e do estado da Bahia, no período de 1980 a 1991 que repercutiram nas reivindicações pela estadualização da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), que exigiu a mobilização da comunidade acadêmica, tornando-se um movimento até então, inédito na região, resultando na criação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), no Sul da Bahia. Considera-se um período de avanços e retrocessos nas negociações com o governo do estado, que mudava de posicionamentos a depender da oposição ou alinhamento entre governantes do estado e do governo federal. Neste contexto, a crise se aprofundou e retardou a criação da universidade, posto que compete ao Estado criar as condições políticas para atender as reivindicações há muito apresentadas por estudantes com apoio de professores, servidores técnicos e sociedade civil. Portanto, as singularidades deste processo foram marcadas também pela política da adequação aos interesses políticos-eleitorais baseados “nas disputas de partidos políticos”, que se encontravam no poder na Bahia e regulavam as suas ações, objetivos e estratégias.

Palavras-chave: Acesso. Universidade. Resistências.

INTRODUÇÃO

A região Sul da Bahia, já foi considerada “a maior produtora e exportadora de cacau do mundo”¹. (UESC, 2008), sofreu uma crise, decorrente de muitos fatores, como: “queda de preços do produto, política cambial e, em especial, uma doença que acometeu os cacauais da região, a vassoura-de-bruxa”. Esses elementos, em conjunto, foram responsáveis pelo declínio na economia concentrada na monocultura do cacau, do ponto de vista social e econômico e ambiental, apresentam-se danosos (Rocha, 2008), aprofundando as desigualdades que alcançavam, em especial, os trabalhadores rurais, pois, perderam seus postos de trabalho e migraram para a periferia das zonas urbanas de cidades como Itabuna e Ilhéus, agravando as suas condições de vida, tornando-as ainda mais precárias e desiguais. (Trindade; Chiapetti, 2007; Rocha, 2008).

Importa sublinhar que as narrativas dominantes têm apresentado essa Região como a “Região Cacaueira”, “os Campos sem Fim”, “a Terra dos frutos de ouro” produzindo a imagem de uma “civilização rica” ocultando a extensão da pobreza nos principais municípios. Apresentando pouco interesse nas necessidades decorrentes da desigualdade social das quais reclamava a parte da comunidade sem recursos para custear a formação superior dos seus filhos nas capitais do país. Em vista disso, essas desigualdades também deveriam balizar a formação de uma universidade pública, sintetizado por Calmon² em entrevista concedida ao Jornal Tribuna do Cacau (Ilhéus, 1986)¹⁴: “[...] os estudantes lutam por ensino público e gratuito, para tanto é necessário um apoio oficial para a região – rica, porém pobre, porque a riqueza não está distribuída a todos”.

Nesse contexto, apesar da interiorização do ensino superior se encontrar em processo de crescimento e o Sul da Bahia ocupar lugar de destaque na economia do estado, estando a criação da Universidade do Sul da Bahia, de caráter público desde 1969, inclusa no Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) do Estado, porque,

1 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Campus da UESC completa 34 anos**, 2008. Disponível em: http://www.uesc.br/noticias/index.php?&acao=exibir&cod_noticia=1444&sortby=cod_noticia&sortdir=ASC &begin=0&rows=2 Acesso em: 12 abr. 2020

2 Presidente da Fundação Universidade de Santa Cruz (FUSC) entidade de direito privado, se efetivou através de escritura pública, em 11 de agosto de 1972, (posteriormente passou a ser denominada de Fundação Santa Cruz)

planejava incorporar as unidades de escolas isoladas³ existentes no eixo Ilhéus-Itabuna definindo “como prioridade a interiorização do Ensino Superior através da localização de núcleos universitários em cidades Centros de Polarização mapeados sob critérios demográficos, sociais, geofísicos e econômicos” (Midlej, 2004, p.116). Tal criação não acontece e o estado retira a proposta.

Assim, por determinação da Lei n. 5.540/68, que estabelece as “normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” em seu Art. 8º: “Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, [...] congregarem-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo-se, [...] federação de escolas” (Midlej, 2004, p.154). Desse modo, foi criada a FESPI, antecessora da UESC, instituição privada, mantida pela Fundação Santa Cruz (FUSC), por sua vez sustentada por fontes variadas, a saber: cerca de 35% da CEPLAC, instituição financiadora do desenvolvimento local; 37% de taxas e anuidades; 15% de verbas do estado via Instituto de Cacau da Bahia (ICB). (UESC,1994).

Apresentar essas fontes mantenedoras possibilita discutir as decisões de governos muitas vezes tomadas a distância das necessidades da instituição desconsiderando as suas singularidades, como por exemplo as consequências de corte de verbas para a manutenção de uma instituição de ensino, visto que gerava problemas financeiros, repercutindo no aumento das mensalidades, provocando atrasos salariais de professores e outros servidores.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo abordar as decisões políticas no âmbito nacional e estadual que repercutiram nas reivindicações pela estadualização da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI)⁴, no período de 1980 a 1991 resultando na criação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)⁵. Nesse contexto foram em torno de 10 anos de manifestações, conflitos, negociações e diálogos com o governo do estado da Bahia, assim decisões políticas

3 Com os antecedentes da educação jesuíta no período colonial, a educação superior surge no Brasil e na Bahia por faculdades isoladas. Cf. Boaventura (2009, p.125).

4 Formada por três faculdades reunidas, a saber: A Faculdade de Direito de Ilhéus; Faculdade de Filosofia de Itabuna; Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna. Cf.; Boaventura *et al.* 2015.

5 Trata-se de uma síntese de um capítulo da tese de doutoramento que desenvolvi no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (2020), com orientação da Profa. Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz; pesquisa financiada pela Capes.

repercutiram no processo de estadualização da FESPI, muitas vezes, conflitantes com a urgência de implantação de uma instituição de ensino superior pública.

METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem qualitativa Minayo (2012) que propõe considerar as singularidades deste processo de estadualização, a partir de documentos e reportagens publicadas em jornais de Ilhéus e Itabuna da década de 1980, num dado contexto social e político, para construir uma “interpretação aproximada da realidade” (Minayo, 2012, p. 232). Para tanto, analisei narrativas dominantes publicadas no Tribuna do Cacau; Diário de Ilhéus; Diário de Itabuna e outras fontes disponíveis no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC/UESC) relacionados a estadualização, a saber: Ofício enviado pela Associação dos Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna (APRUNI) e pelo Diretório Central dos Estudantes da FESPI (1982), ao então governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães e a Carta Consulta para Reconhecimento da UESC (1994).

Para compreender e interpretar essas fontes optei por aproximações com pressupostos hermenêuticos, tendo em vista os “textos de campo” (Clandinin; Connelly, 2015) utilizados nesta pesquisa, busco a análise interpretativa compreensiva à semelhança do proposto por Souza (2014) para apreender a partir das singularidades, regularidades e irregularidades de um conjunto de narrativas orais ou escritas das histórias e experiências individuais e coletivas dos sujeitos implicados em processos de pesquisa e formação.

REPERCUSSÕES DE DECISÕES POLÍTICAS NO PROCESSO DE ESTADUALIZAÇÃO

Ao tempo em que acontecem as mobilizações pela estadualização da FESPI, no âmbito nacional assume o governo do Brasil, em 1989, Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por via democrática, desde 1964, e “comprometido na campanha e no discurso de posse com uma plataforma essencialmente neoliberal”⁶

6 Segundo Santos (2005, p.141), a perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na

(Midlej, 2004, p.164), o que significava adotar um “modelo global do capitalismo” (Santos, 2008, p.8). Nesse sentido, no final desta década, “entravam em pauta disputas de poder político e econômico, adesão a teses neoliberais, mudanças estruturais no estado brasileiro e nas organizações e profunda crise regional com os problemas econômicos decorrentes da cacauicultura”. (Midlej, 2004, p.164).

Dentre essas mudanças estava a reforma administrativa que afetou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), principal mantenedora da FESPI, reduzindo seu orçamento, afastando por disponibilidade ou demissão, aproximadamente, 1.500 funcionários promovendo a redução de atividades, produzindo também problemas de funcionamento do ensino superior, porque “[...] a taxa de retenção foi transformada em imposto sobre exportação de cacau e a receita gerada a partir desta data, passou a ser recolhida diretamente pelo Tesouro Nacional via Ministério da Agricultura” (Midlej, 2004, p. 394). Esta decisão provocou a interrupção do acordo firmado entre a FESPI e a CEPLAC, que consistia no pagamento salarial dos professores com os recursos das mensalidades e a construção das instalações pela CEPLAC, agravando os problemas financeiros da FESPI (Boaventura, 2015).

Desse modo, “a estrutura organizacional da CEPLAC passa por sua mais profunda mudança, deixando de ser um órgão descentralizado com estrutura própria, passando a ser um órgão singular do então criado Ministério da Agricultura e Reforma Agrária” (Midlej, 1991, p. 36 apud Midlej, 2004, p.164). Nesta época acontece

uma disputa de poder político entre representantes dos governos, o federal, tendo à frente a CEPLAC, e o estadual, em torno da transferência do patrimônio onde funciona a Universidade, somente solucionada após o realinhamento do poder entre as duas esferas governamentais, o que se deu em 1990, com a eleição do Sr. Antônio Carlos Magalhães para o governo do Estado. (Midlej, 2004, p.164).

Neste contexto, essas disputas produziram e aprofundaram as crises, para em seguida criar as condições políticas para atender as reivindicações há muito

universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a uma vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial. Cf.; SANTOS, Boaventura de S.A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 23, 2005, pp,137-202.

apresentadas pela comunidade universitária da região. Foi um período de avanços e retrocessos nas negociações com o governo do estado, que mudava de posicionamentos a depender da oposição ou alinhamento entre governantes do estado e federal. Portanto, a estadualização foi uma luta coletiva, de longa duração, exigiu táticas de organização e resistência para dialogar com aqueles que detinham o poder, mas não priorizavam as condições, necessidades e exigências da comunidade universitária.

Esse processo possui singularidades e pormenores, sendo necessário, que alguns aspectos do contexto político sejam discutidos para compreender os seus efeitos na crise que repercutiu no movimento para a criação da UESC. Nesse sentido, quando o procurador do estado da Bahia se reuniu com representante dos professores, dos estudantes e com a direção da FESPI e declarou em entrevista concedida ao *Jornal Diário da Tarde* (1988) que “a estadualização não é uma simples obra de governo é uma realização do estado”, parece retórica para justificar a demora na tomada de decisões e negar as intencionalidades da política de educação superior do Estado, como se não tivesse em grande medida interesses daqueles que detém o poder decisório para implementar políticas públicas, supondo que Estado e Governo se posicionam em campos distintos, quase que opostos.

Entretanto, para Bourdieu (2005, p. 99) [...] “o Estado contribui de uma forma determinante para a produção e a reprodução dos instrumentos de construção da realidade social enquanto estrutura organizacional e instância reguladora de práticas”. Já governo pode ser conceituado como o conjunto de indivíduos que ocupam posições de decisão administrativa e política na cúpula do Estado e orientam os rumos da sociedade (Rodrigues, 2010). Nessa perspectiva, “políticas públicas são ações de governo, revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação)” (Rodrigues, 2010, p. 53).

No Sul da Bahia, a Reforma Administrativa (as ações) do governo federal ‘provocou alterações na “estrutura organizacional da CEPLAC” agravando a crise já instalada por ocasião da transferência da anteriormente mencionada “taxa de retenção”, indicando que como descreve Palumbo (1989) política é constituída de um variado histórico de intenções, envolvendo comportamentos e ações de muitos e distintos participantes. Como exemplo ele menciona: uma lei aprovada pode ser observada; uma decisão tomada em tribunal pode ser lida; regulamentos

promulgados por departamentos governamentais e memorandos escritos por administradores de agências; as plataformas de partidos políticos todos podem ser lidos e as declarações de políticos podem ser ouvidas. Porém, esses elementos isolados não formam uma política pública, tampouco partidária, pois, ambas são complexas e invisíveis (Palumbo, 1989).

O contexto local fornece indícios para inferir que os interesses políticos partidários interferem nas políticas públicas, comportamentos e ações de governo tentam negar intencionalidades e interesses na manutenção do poder. As dimensões políticas que atravessam o processo de estadualização foram singulares, complexas e por vezes invisíveis, certamente, entrelaçadas com as conveniências da política partidária tanto no âmbito estadual, como federal. De modo efetivo, os Planos de Educação e Cultura do Estado da Bahia (1969; 1984-1987) mencionavam a desconcentração das unidades de ensino superior, num movimento de interiorização e as universidades estaduais foram concebidas como parte integrante do processo de desenvolvimento do Estado, em especial, o regional (Midlej, 2004, 2006; Boaventura, 2009).

A título de exemplo nos anos 1970, se iniciou a estruturação de um sistema composto por quatro universidades estaduais duas delas multicampi, mas, até 1980 existiam, apenas, três sendo: duas públicas, a federal Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a primeira estadual, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Católica do Salvador (UCSal), privada/comunitária. (Franco; Fialho; Pires, 2006). Fundamental destacar, que apesar dos planos de interiorização 20 anos separam a implantação da primeira universidade estadual UEFS (1970) da decisão de estadualização da FESPI e criação da UESC (1991).

Os estudos de Fialho (2012) afirmam que na Bahia de 1987 a 1991 no período dos Governos Waldir Pires/Nilo Coelho, tiveram iniciativas frequentes com o propósito de constituir grupos de estudos para subsidiar a política de educação superior no estado da Bahia Contudo, os atrasos se devem a ausência de apoio administrativo, financeiro e político, a exemplo da mudança de quatro Secretários Extraordinários, por conseguinte, das constantes revisões das etapas realizadas e interrupções das atividades (Bahia, 1990, pp.45-46). Se tratava do processo de redemocratização, uma realidade política inédita no Brasil. Além disso,

as universidades estaduais da Bahia também vivenciaram a mudança da Secretaria de Educação para integrar as funções do Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e

Modernização sem a devida complementação de medidas administrativas, o que acabou por gerar uma vinculação complexa, pois, orçamentária e financeiramente permaneceram integrantes da estrutura da então SEEB (Fialho, 2012, p. 90)

Menciono o viés complexo e invisível das políticas públicas e partidárias a semelhança da abordagem de Palumbo (1989), porque, enquanto as ações reivindicatórias por ensino superior público recebiam variados apoios, negociavam com os distintos governos e intensificavam a luta, na esfera do governo do estado aconteciam os processos decisórios, que perpassam por ações de governo com distintos sujeitos que assumiam o poder, sobretudo, a decisão sobre a implementação de políticas públicas. Desse modo, estudos, como o de Kelly e Palumbo (1992), indicam que essas políticas envolvem algumas etapas, quais sejam: definição das agendas com as opções de políticas públicas e início de negociações das propostas; seleção das propostas e construção de apoio político para aprovação; determinação em lei; implementação da política que abarcam organizar planos, projetos e programas visando a sua execução e a avaliação, envolvendo os resultados da implementação, seus impactos e mudanças, caso necessário.

Essas etapas da política se evidenciam nos recuos e avanços das negociações a depender da sigla partidária daqueles que exerciam o mandato de governador da Bahia ao longo de todo o processo da estadualização, indicando que embora as plataformas de partidos políticos e as declarações isoladas de políticos não constituírem em si mesmo uma política, ambas influenciaram e contribuíram para retardar a determinação em lei, conseqüentemente, a implementação. Afinal, de modo efetivo, as manifestações reagiram a essas tentativas de recuos, indefinição de agendas, negociações interrompidas; buscaram apoio junto a imprensa local e às entidades civis organizadas. Nesse sentido, as singularidades que compõem este processo foram marcadas também pelo que nomeio de política da adequação aos interesses políticos-eleitorais baseados “nas disputas de partidos políticos”, que se encontravam no poder na Bahia e regulavam as suas ações, objetivos e estratégias.

Nessa perspectiva, Silva (2007) lembra que na Bahia a redemocratização não provoca mudanças significativas no ambiente político, mas continuidades das práticas políticas daqueles que sempre estiveram à frente do governo do estado, tais como: Antônio Carlos Magalhães (1971-1975; 1979 -1983; 1991-1995); Roberto Santos, (1975-1979); João Durval Carneiro (1983-1987); Waldir Pires – Nilo Coelho, (1987-1991). Vale ressaltar, que exceto “dois intervalos de 1975-1979 e 1987-1991

–, desde 1971 o carlismo⁷ (certamente o que ele representa politicamente) vem-se mantendo à frente do governo do estado” (Silva, 2007, p.94).

Portanto,

o processo de redemocratização não foi uma ruptura político-partidária. Ela incorpora velhos e novos jogadores ao processo de tomada de decisão. Há uma fragmentação política, mas não uma desintegração das antigas coalizões. O fenômeno estudado, por exemplo, sempre teve o contexto liberal como pano de fundo e o terceiro governo de ACM utiliza-se da estrutura eleitoral para conclamar o seu projeto baiano modernizante. Seu projeto, pois, o ator assumia-se como único capaz de transformar a Bahia num estado moderno e desenvolvido (Reis, 2010, p.90).

A ideia de transformar a Bahia num “estado moderno e desenvolvido”, apresentada por Antonio Carlos Magalhães (ACM) e seus aliados soa contraditória quando confrontada com a sua própria postura frente ao processo de implementação do ensino superior estadual no Sul da Bahia, pois, o seu segundo⁸ mandato termina em 1983, quando se inicia o governo de seu afilhado político João Durval Carneiro (1983-1987). Portanto, estava no poder durante as mobilizações pela estadualização e foi informado, oficialmente, em 1982⁹, das reivindicações dos estudantes pela criação de uma universidade pública na região.

Então, ao se apresentar como “único capaz” de transformar, modernizar a Bahia, não seria um equívoco inferir que a criação de outra universidade pública estava ausente dessa proposta de transformação/ modernização, dado que, em entrevista concedida as “páginas amarelas” da Revista Veja (1983) ele afirma textualmente: “Aqui na Bahia nós temos três universidades estaduais. A constituição

7 Grupo político ligado a figura de Antônio Carlos Magalhães. Cf: REIS, Fernanda Teixeira. *Política mandonista no Estado da Bahia*: o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. 2010. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

8 O segundo governo estadual de Antônio Carlos Magalhaes ratifica sua forma de fazer política: guiado pelos anseios de uma Bahia moderna e continua seu projeto modernizante iniciado na gestão soteropolitana. A política institucional baseada numa administração pública com padrões burocráticos já havia se consolidado no estado. Cf. *Ibidem*

9 Os professores organizados na Associação dos Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna (APRUNI), o Diretório Central dos Estudantes da FESPI (DCE), entidades civis e associações de classe enviaram ofício em 30 de agosto de 1982, a Antônio Carlos Magalhães, governador do estado da Bahia, solicitando providências imediatas no sentido de instalar uma universidade pública. Cf. APRUNI,1982, apud UESC, 2012, p.154)

prevê a formação de mais duas. Não vou fazer isso. Não há recursos”, possivelmente, porque, no seu “projeto modernizante” estes recursos não-existiam para ampliar o ensino superior, afinal, optou pela “Bahia da indústria Petroquímica” (Reis, 2010, p.67).

Nesta lógica que a sua presença no governo da Bahia representava retrocessos para a estadualização, então, a região continuava sem contar com uma universidade pública, a despeito dos esforços empreendidos pela comunidade universitária e o Plano Trienal prevê desde 1969 que “[...] a zona cacauzeira aquela que oferece as melhores condições de receptividade para um empreendimento dessa categoria, optou o Governo pela implantação da Universidade Estadual em Uruçuca”. (Bahia, 1969, p. 69 e 72 *apud* Boaventura, 2009, p.50). Entretanto, esta opção foi descartada e no final da década de 1980 a universidade pública no Sul da Bahia continuava sendo uma demanda não atendida, ainda que o plano estadual de interiorização e expansão do ensino superior tivesse consolidado em outras regiões, pois, à época o estado já havia implementado três universidades, estaduais como já mencionado.

Nesse sentido, a luta pela estadualização continuava exigindo a mobilização da comunidade acadêmica, professores, técnicos e quase três mil estudantes matriculados na instituição com o apoio de personalidades políticas e grupos regionais, tornando-se um movimento até então inédito na região, durante toda a década de 1980, em resposta também ao aumento de 141% nas mensalidades da FESPI, tornando inviável tanto a permanência dos estudantes como o funcionamento da instituição. Portanto, a deliberada ausência de “manutenção financeira” potencializava a evasão indicando a pertinência de uma universidade pública na região, então, estadualizar significava também reduzir a evasão decorrente dessa ausência, que se somava a diminuição de candidatos inscritos no vestibular no período de 1986 a 1988. Com efeito, estadualizar significaria promover a permanência de estudantes das classes populares, portanto, uma urgente necessidade.

A título de exemplo, a organização estudantil (DCE/FESPI) aprovou em assembleia um boicote às matrículas, bem como, a formação de comissões de trabalho e elaboração de um calendário de atividades com o objetivo de ampliar e consolidar o movimento (Oliveira, 2003).

Os atos públicos contavam com a participação de 1000 estudantes e distribuição de 20 mil notas a comunidade, cartazes, reuniões com autoridades e entidades da região, dão o quadro da ampla mobilização,

união e apoio que temos conseguido são indicadores da justeza e da força deste histórico movimento. Nenhum colega deixara a universidade! (DCE/FESPI; UEB; UNE *apud* Oliveira, 2003, p.24)

Essas notas divulgadas pelo movimento estudantil visavam difundir, legitimar e buscar apoio para as reivindicações, informando que frente ao aumento e as infrutíferas tentativas de negociação com a direção da FESPI, a “ampla mobilização” foi a saída encontrada pelo movimento. Isto posto, a direção geral recuou e reduziu o aumento das mensalidades para 41%, decisão considerada uma vitória pelas lideranças. Cabe ressaltar, que segundo os estudantes, a solução se encontrava na amplitude das mobilizações apoiadas pelos diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de pressionar o governo do estado para solucionar em definitivo as questões da implantação do ensino superior público regional. (Oliveira, 2003).

Neste período, o movimento estudantil organizado em torno do DCE, inicia uma campanha, com vistas a acrescentar novos elementos na luta pelo ensino superior gratuito a ser implantado no sul da Bahia. Este movimento liderado pelos estudantes e ampliado com a participação de professores, funcionários e lideranças regionais reafirma a importância da FESPI para o desenvolvimento regional (Oliveira, 2003). Em vista disso, as manifestações se intensificaram a partir de 1986, quando a crise financeira atingiu seu ápice, em virtude da decisão do Ministério da Agricultura que reduziu à metade a verba destinada ao ensino do 3º grau, cortando-a completamente em 1987 (Midlej, 2004), comprometendo o funcionamento da FESPI desde salários de professores e servidores até a permanência da maioria dos estudantes, limitando a oferta de vagas e cursos. Assim,

um relatório sobre a *Redefinição das relações CEPLAC/FUNDAÇÃO SANTA CRUZ*, produzido por um Grupo de Trabalho designado pela Direção Geral da CEPLAC, dá conta dos intransponíveis problemas financeiros da FESPI, com as fontes de recursos que contava, do sentimento hostil alimentado pela comunidade acadêmica com relação à CEPLAC, atribuído à diminuição de repasses financeiros por parte do órgão e grande ingerência por se constituir maioria no Conselho Diretor da Instituição, do distanciamento técnico-científico mantido pela CEPLAC e faz recomendações para melhoria das relações institucionais (CEPLAC, 1987). Foi nesse mesmo ano, porém, que a CEPLAC cessou o repasse do fluxo de recursos para a FESPI. (Midlej, 2004, p.160)

A FESPI considerando essas dificuldades de instituições superiores privadas àquele momento e da sua importância para a Região, com o objetivo principal de “transformar-se em universidade, através de seus docentes, estudantes e servidores, desencadeou uma intensa mobilização política no sentido de sua estadualização” (UESC, PDI 2014-2018, p.17). Essa interrupção do repasse dos recursos, segundo narrativa de Wenceslau Júnior um ex-estudante da FESPI para o documentário *A Contrapartida* (2012¹⁰) **“atingiu a FESPI e houve um movimento de tentar, digamos assim, colocar todo o custo da instituição nas mensalidades, houve um aumento extremamente abusivo”**. Este foi um momento de “radicalização das mobilizações” pela estadualização, em que professores e funcionários também entraram em greve em virtude de atrasos salariais, estudantes se manifestavam mais uma vez contra aumento de mensalidades (Diário de Ilhéus, 1988).

Segundo os estudos de Santos (2014) o final da década de 1980 foi marcado por acontecimentos de grande repercussão nos rumos da economia e da política, tanto no nível global como local, influenciando as decisões e formas de condução do processo de implantação da UESC. Em meio a disputas resistências e reivindicações, o então governador do estado da Bahia, Sr. Waldir Pires, divulgou em 28 de setembro de 1988, a decisão de estadualizar a FESPI, repassando os recursos destinados ao pagamento dos salários atrasados correspondentes de março a agosto de 1988. Neste mesmo ano, sancionou a Lei 4.816 criando a Fundação Santa Cruz (FUNCRUZ) vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de “[...] promover a criação e manutenção de uma Universidade no Sul do Estado, consignará, nos termos da legislação pertinente” (UESC, 1994, p.13).

Contudo, como descrito por UESC (2004) por ocasião da publicação dessa lei, já havia sido aprovado o orçamento do Estado, razão pela qual ainda em 1989, o Estado transferia recursos para a FESPI através de convênios continuados. Dessa maneira, a partir de janeiro de 1990, a FUNCRUZ tornou-se uma unidade orçamentária do Estado, com aprovação de seu Orçamento-Programa, iniciando uma nova fase na manutenção da FESPI. Esta situação se modificou pela Lei n. 6.344/91

10 Trata-se do documentário “A Contrapartida” produzido por Mariana Ferreira em 2012 para seu Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social na UESC sobre o Processo de estadualização da FESPI com a participação de entrevistados que naquele período (1980-1990) estiveram de algum modo presentes nesse processo, a saber: Adervan Oliveira, Rosivaldo Pinheiro, Aurélio Macedo, Wenceslau Júnior, Moacir Smith Lima, Henrique Almeida. Disponível em: [\(59\) A CONTRAPARTIDA - DOCUMENTÁRIO DA UESC - YouTube](#).

que criou a UESC e foi sancionada pelo governador Antônio Carlos Magalhães, uma Fundação Universitária nos termos do art. 1º:

Fica instituída a Universidade Estadual de Santa Cruz, sob a forma de Fundação Pública, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com sede no km 16 da estrada Ilhéus-Itabuna e jurisdição em toda região sul do estado. (UESC,1994, p.13)

Assim, foi criada a UESC, e como as demais universidades do estado, reorganizada via Lei Estadual nº 7.308/1998, transformando-se em autarquia estadual, com a devida autonomia financeira. A partir de 1991, para dirigir a já estadualizada universidade, foi nomeado como Reitor *pró-tempore* o professor José Altamirando de Cerqueira Marques, com a responsabilidade de organizar as condições institucionais para a realização da primeira eleição direta para a reitoria, o que aconteceu em 1995. No início do ano seguinte foram empossadas as professoras Renée Albagli Nogueira e Margarida Cordeiro Fahel, respectivamente, reitora e vice-Reitora. Tão somente, a partir de 1999, quando o Decreto Estadual nº 7.633, de 16 de julho deste ano, dispôs sobre o seu credenciamento, tornou possível a autonomia didático-pedagógica e acadêmica da instituição. (UESC, 2012)

Portanto, a estadualização foi segundo os estudos de Santos (2004, p. 116) mencionados por Midlej (2004, p.162) “[...] um momento muito significativo, visto que não nasceu por força de um decreto, mas fruto de uma ação reivindicatória”. Esta afirmação permite dizer que a estadualização não foi consequência, do realinhamento político ou da mera decisão do governador que sancionou, mas resultado da “[...] mobilização da comunidade acadêmica e sociedade regional, com adesão de parlamentares e entidades regionais, constituiu-se um movimento sem precedentes, o que influenciou fortemente na decisão do governo do Estado em abarcar o Ensino Superior da região” (Midlej, 2004, p.161).

Para Chauí (2001) a democracia vem ultrapassando

[...] a simples ideia de um regime político, identificado à forma de governo, tomando-a como forma geral de uma sociedade e, assim, pode-se considerá-la como única forma sociopolítica na qual **o caráter popular do poder e das lutas** tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares, contra a cristalização jurídico-política que favorece à classe dominante. Em outras palavras, a marca

da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal a democracia social, encontra-se no fato de que somente **as classes populares e os excluídos (as “minorias”) sentem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos.** (Chauí, 2001, p.11) [grifo nosso]

Dessa perspectiva, os direitos são conquistados por meio das lutas empreendidas por movimentos organizados, sem as quais, não seriam garantidos ou ampliados. Dito de outro modo, trata-se de uma conquista decorrente de lutas, resistências e enfrentamentos iniciados por estudantes com apoio de professores e da comunidade regional, sem os quais teria prevalecido o argumento da falta de recursos para a criação de mais uma universidade estadual na Bahia. Assim, em 1994, a Carta Consulta para o Reconhecimento da UESC¹¹ descreve que a sua concepção

[...] tem sido, por parte da comunidade, motivo de lutas e reflexões, tanto no sentido de analisar a instituição universitária em si, quando na sua relação com o contexto de inserção. A Região Sul da Bahia, com vistas a pensar uma universidade comprometida com questões sociais na sua plenitude, incluindo a interrelação com seu meio ambiente natural e cultural, sem dissociar-se do avanço técnico-científico. [...] Este referencial de lutas evidencia a sua perspectiva crítica, baseada numa concepção de totalidade como produto histórico do passado e aspiração de realizações futuras. Desse modo, a UESC não se percebe pensada, mas pensando-se, porque estará permanentemente voltada para uma análise, como forma de evitar falsas sínteses e ao mesmo tempo de adequar-se a percepção e necessidades concretas e crescentes que se vão apresentando. Para tanto, abrigará um pluralismo de ideias guiadas por coerência interna e externa como desenvolvimento dos aspectos que compõem a sua concepção, conduzida pela certeza de que o aqui exposto sempre será uma aproximação do real que se constitui o projeto da comunidade universitária (UESC, 1994, p.139).

Trata-se, segundo esta Carta de buscar estruturar uma universidade pública que se pretende comprometida com as interações sociais mediadas pelo “diálogo livre” entre os distintos grupos sociais. Afinal, “o que se pretende por meio do

11 Documento “[...] submetido ao Conselho de Educação do Estado da Bahia com vistas ao reconhecimento da UESC, criada pela Lei 6.344/91 buscando atender ao estabelecido na Resolução n.03/91 de 26 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação, a presente Carta-Consulta compõe-se de três partes: 1-Dados referentes à instituição mantenedora;2- dados referentes aos estabelecimentos e cursos;3- projeto de criação da UESC”. Cf. (UESC,1994, p.11)

diálogo, em qualquer hipótese, [...] é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (Freire,2007, p.34). Nessa perspectiva, construir Instituições de Ensino Superior de “caráter emancipatório” significa compreender que:

[...] a universidade não se faz com indivíduos desprovidos de contexto, medidos apenas por um padrão abstrato elevado, em relação a cujo alcance ela não teria qualquer responsabilidade. Ao contrário, a universidade pública diferencia-se por exercitar e justificar sua autonomia a parti de resultados, mas sobretudo, a partir de procedimentos. (Salles, 2020, p.108)

Assim, conforme Salles (2020) exercer um papel problematizador resulta da compreensão da capacidade da universidade de construir análises daquilo que não se conhece e necessita conhecer sobre a realidade, com o objetivo de empreender questionamentos para buscar soluções e apontar caminhos. É forçoso salientar que o pensamento social e científico evoluiu e segue evoluindo e se aperfeiçoando direta ou indiretamente nas instituições de ensino superior, “[...] exemplo disso é a mudança de visões de mundo que permeia estes muito séculos de atuação da universidade, os avanços tecnológicos incomparáveis” (Salles, 2020, p.141). Trata-se de problematizar uma universidade pública considerando os variados contextos da comunidade na qual se encontra inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero um período de avanços e retrocessos nas negociações com o governo do estado, que mudava de posicionamentos a depender da oposição ou alinhamento entre governantes do estado e do governo federal. Neste contexto, esses retrocessos aprofundaram a crise e retardaram a criação da universidade, posto que compete ao Estado criar as condições políticas para atender as reivindicações há muito apresentadas por estudantes com apoio de professores, servidores técnicos e sociedade civil, sem os quais poderia prevalecer o argumento da falta de recursos para a criação de uma universidade estadual no Sul da Bahia. Portanto, o processo de estadualização foi uma luta coletiva, de longa duração, exigiu táticas de organização para dialogar com aqueles que detinham o poder, mas não priorizavam as condições, necessidades e exigências da comunidade universitária.

O contexto local fornece indícios para inferir que os interesses políticos partidários interferem nas políticas públicas, comportamentos e ações de governo que tentam negar as intencionalidades e interesses na manutenção do poder. As decisões políticas que repercutiram no processo de estadualização foram singulares, complexas, e entrelaçadas com as conveniências e acordos da sigla partidária daqueles que exerciam o mandato de governador da Bahia. ao longo desse período, indicando que embora as plataformas de partidos políticos e as declarações de políticos isoladas não constituírem em si mesmo uma política, ambas influenciaram e contribuíram para retardar a determinação em lei, conseqüentemente, a implementação da universidade.

Nesse sentido que se considera o viés complexo e invisível das políticas públicas e das políticas partidárias porque, enquanto as ações reivindicatórias por ensino superior público recebiam apoio da comunidade regional, negociavam com os vários governos e intensificavam a luta, na esfera do governo do estado acontecia os processos decisórios, que perpassam por ações de governo com distintos sujeitos que assumiam o poder, sobretudo, a decisão sobre a implementação de políticas públicas.

Portanto, efetivamente, as manifestações reagiram a essas tentativas de recuos, indefinição de agendas, negociações interrompidas; buscaram apoio junto a imprensa local e às entidades civis organizadas até conquistar a aprovação da lei e a implementação. Nesse sentido, as singularidades deste processo foram marcadas também pela política da adequação aos interesses políticos-eleitorais baseados “nas disputas de partidos políticos”, que se encontravam no poder na Bahia e regulavam as suas ações, objetivos e estratégias.

REFERÊNCIAS

A CONTRAPARTIDA. Produção de Mariana Ferreira. Ilhéus:2012. **Vídeo documentário** (29 min) Disponível em: <https://youtu.be/Ej8LRk4FoOg>. Acesso em:10 nov.2019.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOAVENTURA, E. M. et al. Interiorização da educação superior no estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII** - Edição especial – dez,2015 Salvador, BA – p. 653 – 670.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

CHAUI, M. de S. **Escritos sobre universidade**. Editora: UNESP, São Paulo,2001.

CLANDININ, D. J; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU –2ª edição ver. Uberlândia: EDUFU, 2015.

FIALHO, N. H. Universidades Estaduais no Brasil: Pauta para a construção de um Sistema Nacional articulado de Educação. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 21, n. 38, p.81-93, jul/dez. 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** [recurso eletrônico] / Paulo Freire; tradução Rosiska Darcy de Oliveira. - [1. ed.] - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O quesito cor no Censo de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. ISBN: 978-85-98349.

MIDLEJ, M. M. B. C. **Universidade e região**: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz. 2004. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.2004.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.3, p.621-26, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf> Acesso em: 12 jan. 2020.

OLIVEIRA, C.P. **Os estudantes no processo de estadualização da FESPI**: do privado ao público 1980-1988. Monografia (Graduação em História), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

PALUMBO, D. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. *In*: Ministério da Educação e Instituto de Recursos Humanos. João Pinheiro (Org.). **Políticas de Capacitação de Profissionais da Educação Belo Horizonte**- Departamento Técnico-Pedagógico; Divisão de Materiais e Publicações; FAE/IRHJP, 1989.

REIS, F. T. **Política mandonista no Estado da Bahia**: o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. 2010. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ROCHA, L. B. **A região cacauera da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação / Lurdes Bertol Rocha. – Ilhéus: Editus, 2008.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, B. de S.A **Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 23, 2005, 137-202.

SANTOS B. de S.; FILHO, N. de A. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

SILVA, A. A. **As políticas públicas para a educação básica na Bahia nos anos 90**: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998).2007. 273 p.; il; Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, USP, São Paulo 2007.

TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, R. J. Nogueira. **Discutindo geografia**: Doze razões para se(re)pensar a formação do professor/Gilmar Alves Trindade, Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti(orgs.) /Ilhéus: Editus, 2007.426p.

FONTES:

DIÁRIO DE ILHÉUS (1988), Centro de Documento e Memória Regional-CEDOC-UESC, Ilhéus, Bahia.

DIÁRIO DE ITABUNA (1988). Centro de Documento e Memória Regional-CEDOC-UESC, Ilhéus, Bahia.

JORNAL TRIBUNA DO CACAU (1986). Centro de Documento e Memória Regional-CEDOC-UESC, Ilhéus, Bahia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Carta Consulta para Reconhecimento da UESC.1994.** Centro de Documento e Memória Regional-CEDOC-UESC, Ilhéus, Bahia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. 2004-2011. **Relatório anual de atividades/** Universidade Estadual de Santa Cruz. – Ilhéus: Editus, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Campus da UESC completa 34 anos,** 2008. Disponível em: http://www.uesc.br/noticias/index.php?&acao=exibir&cod_noticia=1444&sortby=cod_noticia &sortdir=ASC&begin=0&rows=2 Acesso em:12 abr. de 2018.